



Resenha Histórica

da praça Luís de Camões

Por: Mulize Ferreira

O espaço actualmente ocupado pela Praça de Luís de Camões encontra-se no contacto entre a Herdade de Santa Catarina (a Norte) e a Herdade da Boavista (a Sul) que pertenciam ao físico-astrólogo da corte nos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, Guedelha Palaçano.

As duas herdades encontravam-se divididas pela estrada de Santos, que, saindo da Porta de Santa Catarina, deveria seguir o actual alinhamento das ruas do Loreto, Calhariz e da Calçada do Combro.

A Porta de Santa Catarina, construída entre 1373 e 1375, constituía uma entrada Ocidental na cerca fernandina, ou seja, na cidade da Baixa Idade Média. Esta porta em forma de torre quadrangular encontrava-se localizada no lado Este do actual largo do Chiado.

Assim, na Baixa Idade Média, a Praça Luís de Camões encontrava-se em frente de uma das saídas de Lisboa e junto a uma das vias de abastecimento da cidade. Há notícias deste espaço ter sido um terreiro onde se faziam exercícios de cavalaria.

Estas propriedades são aforadas em 1487 a Filipe Gonçalves, estribeiro de D. Manuel I, pela viúva de Guedelha Palaçano. O domínio das propriedades é vendido pela mesma senhora, em 1498, a Luís Atouguia, e em 1513, o filho deste, Lopo de Atouguia, permite aos aforadores, Bartolomeu de Andrade e Francisca de Cordovil, filha de Filipe Gonçalves, o sub aforamento das herdades em talhões.

É nesta altura que se dá a primeira urbanização deste espaço, que se inicia junto ao Tejo e vai subindo ao longo da Rua do Alecrim. Estes moradores serão de origem plebeia e ligados às actividades marítimas ou de construção naval.

Esta caracterização social e profissional da então chamada Vila Nova do Andrade é confirmada pela escolha, em 1518, da ermida de Santo António, pelos italianos de Lisboa (forçosamente dedicados ao comércio marítimo), para sua paróquia. Trata-se da actual Igreja do Loreto.

Quando, em 1553, a Companhia de Jesus escolhe a Ermida de S. Roque (fundada em 1509) para sua casa professa em Lisboa, provoca a alteração do perfil sócio-profissional desta zona, ao atrair as classes privilegiadas, nobreza e alta burguesia, da sociedade lisboeta. Assim se inicia a construção dos palácios que ainda hoje ocupam a área em questão surgindo o topónimo Bairro Alto de S. Roque.

Uma série de plantas e gravuras, datadas entre 1572 e 1872, permitem-nos constatar a evolução do espaço actualmente designado por Praça Luís de Camões.

Na "Perspectiva" de G. Braunio (Castelo-Branco, 1994: 219), datada de 1572, a praça era ocupada por um quarteirão, orientado no sentido Norte-Sul, de casas construídas à volta de pátios, rodeado pelas ruas do Alecrim (a Este), do Loreto (a Norte) e das Flores (a Oeste), que nesta altura desembocaria na Rua do Loreto. Este tipo de organização dos edifícios será identificável com o primeiro grupo sócio-profissional a ocupar este espaço?

A planta de Tinoco (Silva, 1950: Planta 1), datada de 1650, apresenta uma profunda alteração daquele espaço. Este encontra-se ocupado por um quarteirão, de forma mais ou menos trapezoidal, orientado no sentido Este-Oeste, e rodeado pelas ruas do Alecrim, do Loreto, da Horta Seca (a Sul) e a Travessa dos Gatos (a Este). Em 78 anos a Rua das Flores foi separada da Rua do Loreto, pela Rua da Horta Seca, que comunicava com a do Loreto através da Travessa dos Gatos. Este quarteirão deve corresponder ao Palácio do Loreto, casa do Conde de Cantanhede, Marquês de Marialva.



Perspectiva de Lisboa de G. Braunio, 1572

Este palácio "(...) tinha a fachada sobre a confluência das Ruas Largas de S. Roque (actual Rua da Misericórdia) e Alecrim, olhando para as Portas de Santa Catarina, um portal nobre, e três varandas rasgadas no primeiro andar, além de três frestas e uma trapeira. Os cunhais eram sólidos, três vezes brasonados, o da esquina para a Rua Direita do Loreto. Na fachada sobre esta rua havia também janelas de sacada em extensão maior do que na frente. Os prédios anexos, que pertenciam ao palácio, eram modestos (...)" (Araújo, 1992: 20).

O palácio terá sido gravemente afectado pelo terramoto de 1755, e a sua reconstrução é prevista em duas plantas com o projecto de recuperação de Lisboa (Silva, 1950: Plantas 2 e 4), datadas respectivamente de 1755 e do 3º quartel do séc. XVIII. Numa planta geral de Lisboa de 1785 (Silva, 1950: Planta 5) apresenta ainda a mesma forma.

Entretanto, a estrutura do Palácio do Loreto transformase. No Mapa da Cidade de Lisboa de 1812, a área anteriormente ocupada pelo palácio apresenta dois edifícios. Um edifício com três corpos, em forma de U, virado para o Tejo, a Este, e outro de forma trapezoidal, com quatro corpos à volta de um pátio, a Oeste, que será o edifício onde actualmente se encontra a Estação dos Correios. Corresponderá

esta divisão à alienação do Palácio do Loreto pelos Marqueses de Marialva? Note-se que nesta altura já não existia a Porta de Santa Catarina, demolida entre 1705 e 1707, para onde estava voltada a antiga fachada do palácio.

No séc. XIX, devido à sua degradação física e social, chamava-se ao sítio "casebres do Loreto". Esta denominação deve referir-se somente ao edifício a Este, que entre 1859 e 1867 foi demolido e o chão terraplanado, criando-se assim a actual praça onde é erigido, entre 1962 e 1967, o monumento a Luís Vaz de Camões, de quem a praça recebe o nome.

Como é que esta história se poderia reflectir nos vestígios arqueológicos que se encontravam no subsolo da Praça Luís de Camões? Em ordem cronologicamente inversa, a mesma que se utiliza na remoção dos contextos antrópicos numa intervenção arqueológica, esperaria que ali se conservassem os seguintes vestígios:

1867-1997: A actual Praça Luís de Camões, que durante estes 130 anos se terá mantido mais ou menos na mesma, exceptuando, talvez, trabalhos de conservação ou substituição dos pavimentos. Trabalhos esses que terão deixado vestígios nos subsolos.

1859-1867: Demolição e terraplanagem dos "casebres



Planta de Lisboa
de J. N. Tinoco. 1650

do Loreto”: construção da estátua de Camões. Apesar de, para nivelar o solo, se ter sobretudo entulhado este espaço, é possível que durante esta fase de construção se tenha destruído, por exemplo, com a abertura de valas, vestígios mais antigos.

1 metade do séc. XIX: Utilização dos “casebres do Loreto” por gente das classes mais baixas da sociedade lisboeta.

1785-1812: A área anteriormente ocupada pelo Palácio do Loreto é dividida em dois edifícios com pátios. Fase de reconstrução, que terá implicado distúrbios em vestígios anteriores, a que se seguiu a consequente utilização do espaço.

1755: Terramoto de Lisboa que terá destruído parcialmente o palácio do Loreto e o edifício que ocupava o actual largo do Quintela. Terá sido nesta altura que os Marqueses de Marialva abandonaram o seu palácio?

1650-1755: Uso do palácio do Loreto pelos Marqueses de Marialva e seus dependentes. É de esperar que, num período de pelo menos 105 anos, o palácio tenha sofrido obras de remodelação e restauro.

1572-1650: Entre estas duas datas o Palácio do Loreto foi construído e ocupado pela Casa de Marialva. A construção implicou a destruição e/ou remodelação do quarteirão que aí existia, além de distúrbios em vestígios arqueológicos anteriores.

1513-1572: Urbanização e habitação dos espaços actualmente ocupados pela Praça de Camões. Aparecem a Rua das Flores e a Rua do Alecrim, que da estrada de Santos, descem para o Tejo. A estrada de Santos, torna-se Rua do Loreto, com a construção da Igreja de N^o Sr^a. do Loreto. Esta fase de construções terá provocado distúrbios em depósitos anteriores.

Baixa Idade Média: O espaço que compreende actualmente a Praça Luís de Camões e o Largo de Quintela pertence a duas Herdades, dedicadas à actividade agrícola, muito

provavelmente para consumo da cidade. Encontrando-se junto à Porta de Santa Catarina, uma das saídas da cidade, e no eixo de uma das suas vias de acesso, a estrada de Santos, a área seria bastante frequentada. Não será de estranhar que por isso se venham a encontrar estruturas de habitação rural e/ou equipamento de transformação agrícola.

Esta expectativa, que a informação historiográfica provocou sobre os vestígios arqueológicos, justifica a necessidade da intervenção já realizada, para recuperar um outro tipo de informação, que nos pode esclarecer sobre o modo de vida dos habitantes de Lisboa, de várias classes sociais, nos últimos quinhentos anos. E face aos vestígios identificados, levanta-se a questão de saber com que legitimidade se ordenou a destruição de um património, antes que todos verificar julgar o seu valor através da publicação dos resultados da escavação.

Bibliografia

- ARAÚJO, N. (1992). *Peregrinações em Lisboa*. vol. 5. Lisboa: Vega. 2 Ed.
- CASTELO-BRANCO, F. (1994) “Lisboa maneirista. A renovação urbana. O Bairro Alto.”, in *O Livro de Lisboa*. Coord. de I. Moita. Lisboa: Livros Horizonte. 219-26.
- SAA, M. (1929). *Origens do Bairro Alto em Lisboa*. Lisboa: Centro Tip. Colonial.
- SILVA, A. V (1950). *Plantas Topográficas de Lisboa*. Lisboa: C. M.
- VIDAL, A. (1994). *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna. Elementos Históricos da sua Evolução*. Lisboa: Vega. 2 ed.

¹ Arqueóloga da empresa Era - Arqueologia, Lda. responsável pelas intervenções em arqueologia urbana desta empresa, licenciada em História/variante Arqueologia pela Faculdade de Letras de Lisboa e mestranda no curso de Pré - História e Arqueologia da mesma instituição